



PROJETO DE LEI Nº 0081-15, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2015.

Cria Gratificação Especial de Função – GEF, aos servidores públicos detentores de cargos de provimento efetivo que forem designados para atuar como responsável técnico e enfermeira responsável pelas ações de descentralização do Programa DST/HIV/Aids, e dá outras providências.

Art. 1º O servidor detentor do cargo de provimento efetivo de farmacêutico, integrante do plano de cargos e funções do município, quando designado para o exercício de suas funções junto ao programa DST/HIV/Aids, fará jus a uma Gratificação Especial de Função – GEF, mensal, equivalente a 50% (cinquenta por cento), do vencimento básico – Classe A - do cargo efetivo que titula, por exercer a responsabilidade técnica dos medicamentos do programa DST/HIV/Aids, e deverá cumprir rigorosamente o horário de 20 horas semanais nas ações do respectivo programa.

Parágrafo Único. O número de gratificação especial de função – GEF considerado a necessidade do programa DST/HIV/Aids e a carga horária do cargo será o seguinte:

CARGO	Nº GEF's
Farmacêutico DST/HIV/Aids	01

Art. 2º O servidor detentor do cargo de provimento efetivo de enfermeiro integrante do plano de cargos e funções do Município, quando designado para o exercício de suas funções junto ao programa DST/HIV/Aids, fará jus a uma gratificação Especial de função – GEF, mensal equivalente a 75% (setenta e cinco por cento), do vencimento básico – Classe A - do cargo efetivo que titula, por exercer a responsabilidade pelas ações de descentralização do programa DST/HIV/Aids, e deverá cumprir rigorosamente o horário de 40 horas semanais nas ações do respectivo programa.

Parágrafo Único. O número de gratificação de função – GEF, considerando a necessidade do programa DST/HIV/Aids e a carga horaria do cargo, será o seguinte:

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

CARGO	Nº GEF's
Enfermeiro DST/HIV/Aids	01

Art. 3º O valor da gratificação especial de função continuará sendo percebido pelo servidor que, sendo seu ocupante, estiver ausente em virtude de férias, luto, licença para tratamento de saúde própria e em pessoa da família até três meses, licença prêmio, licença gestante, adotante ou paternidade, serviços obrigatórios por lei ou atribuições decorrentes de seu cargo ou função, considerando como efetivo exercício, bem como integra o cálculo do terço de férias e da gratificação natalina.

Art. 4º O valor da gratificação especial de função será percebida cumulativa com o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Parágrafo Único. A concessão de uma nova gratificação especial de função faz cessar a proporcionalidade do exercício de gratificação especial de função.

Art. 5º É vedado a percepção das gratificações especiais de funções instituídas por esta lei 'aqueles servidores que não estiveram no efetivo desempenho de suas funções junto ao programa DST/HIV/Aids.

Art. 6º A qualquer tempo a autoridade competente poderá revogar a designação de servidor para o exercício de suas funções junto ao programa DST/HIV/Aids.

Art. 7º O término, a extinção, a suspensão ou a interrupção do repasse do incentivo financeiro estadual referente ao programa DST/HIV/Aids ao município, acarreta a necessária revogação das gratificações especiais instituídas por esta lei.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão a conta de dotações orçamentarias próprias, vinculadas ao repasse do incentivo financeiro estadual para o programa DST/HIV/Aids.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito

PROJETO DE LEI N° 0081-15, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2015.

J U S T I F I C A T I V A

Estamos enviando o presente projeto de lei para colher a indispensável autorização legislativa para a criação da Gratificação Especial de Função- GEF para servidores detentores de cargos de provimento efetivo do município para atuarem como responsável técnico e responsável pelas importantes ações de descentralização do programa DST/HIV/Aids.

O programa DST/HIV/Aids se mostra como instrumento de ampliação e qualificação ao acesso da população a ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde. Ademais, deve-se dar maior incentivo e importância ao programa DST e AIDS, tendo em vista as características

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

que a epidemia vem assumindo nos últimos anos, necessitando ações permanentes a esta epidemia, através da prevenção da doença e dos danos, da assistência e tratamento dos portadores e do desenvolvimento institucional, já que em pesquisa realizada pela Secretaria Estadual de Saúde Itaqui encontra-se entre os 50 municípios com mais casos de Aids no Rio Grande do Sul, bem como nosso estado detêm o número de caso o dobro da média nacional.

São notórios os resultados obtidos através da atuação da equipe do programa DST/HIV/Aids da Secretaria Municipal de Saúde, pois atuam na linha de frente da assistência a saúde, na efetivação de medidas estratégicas, garantindo avanços e a continuidade do padrão de qualidade e de resultados que vêm sendo alcançados, mas sempre objetivando a melhor organização e operacionalidade na atenção e promoção á saúde da população que vive ou não com HIV/Aids e outras DST.

A criação da GEF (gratificação especial de função) para o responsável técnico farmacêutico do programa DST/HIV/AIDS justifica-se pela quantidade de atribuições que cabem ao mesmo na condução das ações desse importante programa. Por exemplo, é obrigações a responsabilidade técnica e, gerenciamento dos processos administrativos (AME) e judiciais contra Estado e Município, assim com a responsabilidade técnica dos medicamentos referentes ao programa DST/HIV/AIDS visando atender integralmente a solicitação do Ministério da Saúde o qual exige, que somente o profissional farmacêutico tenha a responsabilidade sob a medicação do Programa DST/HIV/Aids, atendendo também a linha de cuidados de pessoas vivendo com HIV e outras DST.

Cumprе esclarecer que nos percentuais atribuídos para os GEF's do enfermeiro responsável pelas ações de descentralização de todas as, incluindo todas as unidades, ESFs e unidades básicas de Saúde Interior, CAPS, visa valorizar os vencimentos o profissional enfermeiro, uma vez que os demais enfermeiros percebem a gratificação de 75% para serem responsáveis por outros programas do município.

Cabe salientar, que o recurso para o custeio de tais gratificações já estão nos cofres do Municípios (conforme anexo) sendo repasse estadual anual, conforme a

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Resolução nº 235/14 artigo 4º, estabelece que esta verba pode ser utilizada para gratificações especiais de função aos servidores efetivos do Município os quais serão designados para exercer tais funções descritas acima.

São estas as razões que justificam a aprovação do presente projeto de lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito